



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**O coordenador pedagógico na implantação do Programa Mais Educação no contexto das políticas educacionais de educação de tempo integral na rede municipal de Padre Bernardo - Goiás**

**Luciana Sallas**

Professora-orientadora Dra Shirleide Pereira da Silva Cruz

Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva

Brasília - DF, maio de 2013.

**Luciana Sallas**

**O coordenador pedagógico na implantação do Programa Mais Educação no contexto das políticas educacionais de educação de tempo integral na rede municipal de Padre Bernardo - Goiás**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra Shirleide Pereira da Silva Cruz e da Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva.

Brasília - DF, maio de 2013.

## TERMO DE APROVAÇÃO

Luciana Sallas

### O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO - GOIÁS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:



Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz – FE/UnB  
(Professora-orientadora)



Profa. Mestre Wilcéa Pereira Stacciarini –SEE/DF  
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado as coordenadoras pedagógicas que implantam com êxito o Programa Mais Educação nas escolas públicas, com grande criatividade superando todas as dificuldades, em prol da busca pela melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes envolvidas nesse processo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus que não me deixou desistir e me deu forças para continuar, a minha família pela compreensão nos momentos de minha ausência, e a minha equipe de trabalho que são minhas grandes amigas coordenadoras de programas.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa.  
Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

*Paulo Freire.*

## RESUMO

A implantação da política pública de educação integral no município de Padre Bernardo-GO, teve início com o Programa Mais Educação, onde se evidenciou a necessidade de refletir sobre a aceitabilidade, as práticas e influências do programa dentro do contexto escolar, observando as contribuições da gestão pedagógica escolar e da participação da comunidade escolar, na busca por uma educação que desenvolva o aluno integralmente, seguindo de base o primeiro modelo de educação integral criado por Anísio Teixeira. Dentro da realidade do município observado durante o exercício de 2012, a pesquisa baseou-se na aplicação de um questionário e na observação diária realizada de forma qualitativa e descritiva do dia a dia da implantação do programa. Através de uma análise crítica dos dados percebe-se que apesar de vários problemas operacionais de efetivação do programa, esse possui uma enorme demanda, sendo esse fator predominante para a expansão do programa da rede municipal de ensino.

Palavras-chave: políticas públicas; gestão escolar; Programa Mais Educação.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1. Políticas Públicas Educacionais: histórico, definição e importância	18
1.2. Gestão Pedagógica na Escola	20
1.3. Educação de Tempo Integral: definição e histórico	22
1.3.1. Políticas públicas de educação integral: fundamentação legal	23
1.3.2. Programa Mais Educação	26
II. METODOLOGIA	29
2.1. Espaço de Pesquisa	31
2.2. Descrição Comunidade Escolar	32
2.3. Participantes	33
III. ANÁLISE DE DADOS	34
IV. CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	46
APÊNDICE	48



## INTRODUÇÃO

No ano de 2011, o município de Padre Bernardo-GO teve 04 (quatro) escolas municipais de ensino fundamental contempladas com o Programa do Governo Federal – Programa Mais Educação. Esse programa tem por objetivo introduzir a educação integral na rede municipal de forma a estender o horário de atendimento dos alunos de 04(quatro) horas diárias para no mínimo 07(sete) horas.

A introdução da educação integral surgiu com a proposta para 120 (cento e vinte) alunos, sendo preferencialmente crianças inseridas no programa Bolsa Família (auxílio financeiro a famílias que tem renda per capita menor que R\$ 124,00) e ou que participam do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (que tem por objetivo resgatar a criança da rua, marginalidade e do trabalho infantil).

A partir disso, a secretaria municipal de educação nomeou uma equipe de coordenadores pedagógicos para capacitar a equipe escolar e apresentar as normas, objetivos e proposta do programa na unidade escolar para os alunos, pais e funcionários.

A secretaria municipal de educação, juntamente com as escolas contempladas iniciaram a implantação do Programa Mais Educação, identificando aspectos positivos e negativos que ultrapassavam os limites da unidade escolar no processo educacional que busca uma educação integral de tempo integral.

Dentro dessa perspectiva de tentativas e dificuldades, percebe-se a necessidade de analisar os desafios da gestão pedagógica da escola diante da implantação do Programa Mais Educação em uma unidade escolar específica no município de Padre Bernardo-GO, considerando também a atuação do coordenador pedagógico, bem como os principais problemas.

Além de monitorar a operacionalização do programa mais educação, esse trabalho se propõe a investigar a forma como a implementação ocorreu no decorrer do exercício de 2012 pela comunidade escolar, para o programa que tem objetivos fundamentais para a contribuição da formação do caráter do cidadão bernardense se desenvolva proporcionando um real auxílio á comunidade.

Para fomentar a análise dos dados, verificou-se a importância de políticas públicas no contexto educacional, assim, como o processo histórico e legal do surgimento da educação integral no Brasil para então compreender os fundamentos do Programa Mais Educação neste atual quadro político.

## I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da auto-estima - devem ser distribuídos igualmente, a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos.

John Rawls. Uma Teoria da Justiça.

### 1.1. Políticas Públicas Educacionais: histórico, definição e importância

“O ser humano é naturalmente um ser político” (FOUCAULT)

As políticas públicas são reflexos do modelo de Estado vigente, isto é as políticas são mantedoras do sistema, variando de acordo com a sociedade de um determinado período histórico.

Dentro dessa perspectiva, o atual modelo de Estado, se propõe à ser democrático, pois de acordo com a Constituição Federal artigo nº 01 e 03, que preza a participação de todos a e igualdade, respeitando as diferenças.

Os dizeres da Constituição Federal determinam a postura que o Estado deve assumir diante da sociedade, lembrando que o Estado é aqui retratado como:

“é o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo.” (HÖFLING, 2001)

Com os ideais e metas previstos no documento legislativo mais importante do Brasil, a Constituição Federal Brasileira, as outras resoluções, leis complementares e decretos tratam de assuntos específicos, determinando métodos e processo de implantação, garantindo/proporcionando a participação da população de forma igualitária, assegurando os direitos e deveres de cada cidadão, compondo assim, as políticas públicas de um determinado país.

A adoção de políticas públicas denota um modo de agir do Estado nas funções de *coordenação* e *fiscalização* dos agentes públicos e privados para a realização de certos fins. Fins estes, ligados aos chamados *direitos sociais*, nos quais se inclui os *econômicos*. Desta

feita, o estudo das políticas econômicas não pode ser dissociado do das políticas sociais. Melhor dizendo, estudar as políticas públicas de um modo geral significa estudar as políticas econômicas, porque o viés econômico permeia a quase totalidade das políticas de governo. (SILVA, 2011)

Percebe-se que as políticas públicas determinam sobre a economia, educação, saúde e sociedade em geral, e têm cunho social, então quando se refere a uma política pública educacional, essa medida também pode ser chamada de política pública social, pois o objetivo é relacionado diretamente com a garantia dos direitos do cidadão, que são assegurados por lei, tendo a responsabilidade de combater as desigualdades sociais. E a aplicabilidade das políticas públicas é determinada em sua grande maioria, pelos recursos destinados e os reflexos dessas propostas na sociedade.

As políticas públicas educacionais definem as ações do estado perante a sociedade. Essas políticas influenciam as deliberações no âmbito educacional, por esse motivo são essenciais para determinar posturas, recursos e normas de execução de ações que causam impacto na sociedade.

O desejável é que todos os afetados e envolvidos em política pública participem o máximo possível de todas as fases desse processo: identificação do problema, formação da agenda, formulação de políticas alternativas, seleção de uma dessas alternativas, legitimação da política escolhida, implementação dessa política e avaliação de seus resultados. Políticas públicas são aqui entendidas como o "*Estado em ação*", ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, por intermédio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (SILVA, 2011)

Atualmente a política de governo brasileiro se baseia em uma postura assistencialista, que busca reparar condições sociais, como forma de dívida pública. Dessa forma, combater problemas como: Racismo, violência, exclusão social, fome, vandalismo, entre outros, criando então programas de grande impacto social como, por exemplo: cotas na universidade, bolsa família e programa mais educação.

As políticas públicas educacionais se embasam, atualmente, em dados estatísticos coletados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Censo e dados escolares específicos. Onde se criam generalizações que através de buscam respostas comuns para solucionar problemas evidenciados no cotidiano escolar, como evasão, repetência e distorção série/idade, configurando assim, uma

pedagogia de resultados, criando medidas excludentes que não consideram as peculiaridades de cada região, diferenças cognitivas e culturais.

Ao observar as propostas dos programas educacionais é possível perceber que o próprio governo federal propõe uma adaptação desses programas em cada localidade onde se pretende aplicar, porém toda mudança causa desconforto e obriga os estados e municípios a entrarem com suas contrapartidas, lembrando a necessidade das esferas agirem em regime de colaboração.

Como o ser humano é naturalmente um ser político, precisa assumir seu papel perante a sociedade assumindo sua responsabilidade, de modo a possibilitar a implantação de políticas públicas educacionais que visem envolver os atores educacionais de forma a realizar profundas mudanças para que os direitos e deveres dos cidadãos deixem de ser apenas uma proposta no papel e passe a ser algo concreto e institucionalizado.

## **1.2. Gestão Pedagógica na Escola**

A gestão pedagógica de uma escola é determinada pelos ideais e pela conduta dos funcionários, sendo principalmente influenciado pela postura do gestor da unidade. Durante muito tempo o gestor foi visto como autoridade máxima e incontestável dentro da escola, pois as atitudes/ posturas dos indivíduos são reflexos do momento histórico pelo qual a sociedade vive e mesmo com as atuais transformações esse autoritarismo ainda é muito presente.

O primeiro modelo de gestão que permeou na educação baseava-se no formalismo, obediência às normas, ao autoritarismo com uma estrutura rígida e centralizada. Com vistas a modificar esse quadro dentro da unidade escolar, Anísio Teixeira através do Manifesto dos Pioneiros da escola nova, idealizou um modelo de gestão participativa e democrática, introduzindo a participação dos alunos através da criação de conselhos participativos dentro da unidade escolar, servindo de base ideológica para redação da constituição de 1934 e de 1988, como também da Lei de Diretrizes e Bases.

O modelo primário de Anísio Teixeira motivou as pressões sociais, e em busca de literalmente acabar com o autoritarismo dentro das unidades, desenvolveu-se um novo conceito de gestão que tinha como princípios a descentralização, a autonomia e a participação efetiva de todos envolvidos no processo de aprendizagem.

Atualmente, as políticas públicas exigem posturas que reforcem a democratização dos processos públicos, que acabem com resquícios de uma cultura hierárquica e autoritária. Estendendo esse princípio então à educação, a Constituição Federal de 1988, explicita no artigo 206 inciso VI, torna de conhecimento público o princípio da gestão democrática no ensino público. Surgem na LDB nº 9394/96 onde são detalhados os princípios básicos da gestão democrática dentro das escolas da rede pública, Artigo 14, Inciso I e II:

- I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- II- Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como embasamento legal de cunho Federal, os estados através dos conselhos estaduais de educação criaram legislações próprias, onde tornavam de conhecimento público os passos para as instituições de conselhos escolares, grêmios estudantis e conselho fiscal, garantindo a participação de toda a comunidade escolar de forma igualitária.

Apesar das resoluções dos conselhos estaduais estarem começando a serem aplicadas ainda há uma grande distancia entre os ideais de uma gestão democrática com a prática no dia-a-dia da escola.

“A participação não depende de alguém que “dá” abertura ou “permite” sua manifestação. Democracia não se concede, conquista-se, realiza-se.”  
(HORA, 2006)

A participação coletiva com eficácia e eficiência não ocorre de forma imediata, por isso a responsabilidade de implantar a gestão democrática passa a ser do gestor da unidade, pois a sua mudança de postura, sendo então visto como líder empreendedor, valorizado pela capacidade de influenciar, motivar, identificar e resolver problemas, propondo projetos, estimulando o trabalho em equipe,

compartilhando responsabilidades e tomando decisões conjuntas. (CARVALHO, 2005).

Nesse sentido, a preocupação central da gestão pedagógica escolar deve ser a de contemplar os interesses e as necessidades da maioria da população, facilitando a implantação de projetos e programas que tenham surgido tanto dentro da unidade, quanto como uma iniciativa do governo federal.

A partir desses ideais utópicos torna-se possível visualizar que apenas dentro de uma gestão democrática será possível envolver a comunidade escolar em prol da melhoria da qualidade do ensino, ampliando também os objetivos da escola que deixa de ser apenas reprodutora de conhecimentos sistematizados, e passa a assumir uma real preocupação com a clientela que ultrapassa o alunado, envolvendo pais, comunidade local/setorial e a sociedade, tornando a escola em um espaço democrático, igualitário e preocupado com o desenvolvimento integral dos indivíduos que ali estão.

### **1.3. Educação de Tempo Integral: definição e histórico**

Os ideais da educação integral surgiram em meados do século XIX e XX através de conceitos humanistas que reforçavam a ideia que a formação do homem tem que ser de forma integral, isto é, intelectual, afetiva, física e moral.

A França é pioneira nas experiências de educação integral e em seguida a Espanha com a criação da escola moderna de 1901. No mundo inteiro é possível perceber as influências do surgimento das ideias da educação integral: como na Escola Nova de Dewey, Montessori, Freinet e outros.

No Brasil a educação integral teve seu início na década de 50, com Anísio Teixeira, integrante do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, primeiramente na Bahia e em seguida em Brasília através da implantação das Escolas Parques, que ofereciam no turno complementar atividades físicas, esportivas, artísticas e culturais.

Na década de 60, Darcy Ribeiro criou os Centros Integrados de Educação (CIEPs), no Rio de Janeiro, que também eram intitulados de “escola integral de tempo integral”.

Essas duas experiências tiveram vida curta devido a descontinuidades de políticas públicas educacionais / sociais, porém contribuíram como referencia no estudo da aplicabilidade da educação integral, onde se tornou possível perceber a necessidade de modificar as políticas públicas educacionais de forma a garantir uma nova estrutura com continuidade e qualidade na implantação das escolas de tempo integral.

Dentro dessa perspectiva, não é possível pensar em uma nova estrutura escolar sem rever o papel da escola na atualidade. Esse papel está sobrecarregado de atribuições e responsabilidades, onde ultrapassa a simples missão de apenas transmitir informações, sem a preocupação do desenvolvimento do indivíduo, como um ser humano pensante, dotado de sentimentos e experiências de vida, sendo assim como diz Anísio Teixeira a escola:

“...não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos e trabalhar e de conviver e de participar de uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão.” (TEIXEIRA, 1957).

A partir desses ideais e concepções sobre o papel da escola e do desenvolvimento do ser humano, as legislações brasileiras começaram de forma gradativa a introduzir os conceitos da educação integral e finalmente, em 2007, através da Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto Presidencial nº 7083/2010, a educação de tempo integral foi instituída através da implantação do Programa Mais Educação, com o apoio do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Educação Básica (SEB), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação (FNDE).

### **1.3.1. Polícias públicas de educação integral: fundamentação legal**

Para que haja a criação de programas de legislações que legitimem a educação de tempo integral no âmbito das redes públicas no Brasil, tornou-se necessário que o tema seja incorporado dentro das leis em vigência.



Esse movimento de construir uma educação de tempo integral que se preocupe não apenas com conhecimentos sistematizados e sim, incentive o desenvolvimento físico, social, cultural, psíquico e afetivo, necessitou de um acúmulo de legislações específicas para poder oficializar o primeiro passo da educação de tempo integral que é o surgimento do Programa mais Educação.

Dessa forma, para registrar os progressos legais de inserção da educação integral nas políticas públicas educacionais é preciso observar seu surgimento, inicialmente através da Constituição Federal de 1988, nos artigos 205, 206, 207, que apesar de não utilizar o termo educação integral, ou mencionar o termo de forma explícita, mas abre espaço para discussões pra o assunto quando se refere a redemocratização da educação brasileira e passa a fortalecer a percepção da educação, como direito social fundamental.

Em seguida a Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9.394/96, torna clara a intenção do governo federal em ampliar a jornada escolar do ensino fundamental de acordo com o que foi redigido nos artigos nº 34 e 87 e afirma também sobre a responsabilidade da escola em oferecer atividades intraescolares e extraescolares.

Complementando a Constituição e a LDB o Estatuto da criança e do Adolescente – ECA, lei nº 9.089/1990, reforça a obrigatoriedade do acesso e da permanência na escola devendo essa responsabilidade ser:

“... da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Artigo nº 227 – ECA)

O Plano Nacional da Educação, criado pela Lei nº 10.172/2001, reafirmou a necessidade de aumentar a jornada diária escolar, para no mínimo de 07(sete) horas, com o principal objetivo de diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem, neste sentido deixa claro que com a educação integral haverá a possibilidade de uma formação integral do indivíduo.

Com a percepção de que para se instituir estratégias educacionais de impacto, é necessário vincular as pretensões governamentais a recursos, sendo

assim, em 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, na forma da Lei nº 11.494/07. O FUNDEB destina recursos aos setores da educação, dando suporte a educação integral, a partir do momento que passou a designar um percentual mais elevado de recursos a instituições com a educação integral.

O Plano Nacional de Educação – PNE, que vigorará no período de 2011 a 2020, instituiu 20 metas, orientadas pelo Ministério da educação, que reforça os ideais de universalização da educação básica e da garantia de “qualidade em todas as instituições de ensino, por meio do domínio de saberes, habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento do cidadão. (Lei nº 10.172/2001)

Dentro desse plano de metas, a meta de nº 06 deixa clara a necessidade de se desenvolverem ações que possibilitem o atendimento de educação em tempo integral à 50% das escolas públicas, através do Programa Mais Educação reforçando o regime de colaboração entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

O Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, Decreto nº 6.094/07, estabelece diretrizes e metas a serem adotados pelos Municípios, Estados, Distrito Federal e União, baseadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Nessas metas e diretrizes encontram-se Artigos voltados a ampliação do tempo escolar e enfoca a necessidade de uma qualificação no processo regular de ensino, como na participação dos alunos em projetos socioculturais e ações educativas. (Artigo nº 02)

Dentro desse contexto de construção de uma legislação específica da educação de tempo integral, foi criado em 2007, pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto Presidencial nº 7083/12, o Programa Mais Educação, instituído com o desafio de estabelecer um dialogo entre as ações do Ministério da Educação, da Cultura, do Esporte, do meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Ciência e Tecnologia, para juntos completar uma proposta de educação integral dos alunos.

O Programa Mais Educação estabelece uma jornada escolar de no mínimo 07(sete) horas incluindo atividades sócio-educativas, com o intuito de construir uma educação cidadã e de formação integral do aluno.

Com o apoio financeiro e com uma legislação específica o Programa Mais Educação proporcionou a ampliação da disseminação dos ideais de educação integral, contemplando um número significativo de municípios de todo o Brasil a cada novo exercício desde 2007, principalmente após ter sido inserido nos Planos de metas estaduais de educação. O programa passa a ser considerado uma política pública educacional/ social com condições de proporcionar um impacto significativo na estrutura escolar e nos padrões de qualidade de ensino oferecido, conseqüentemente resolvendo problemas sociais como o da exclusão.

### **1.3.2. Programa Mais Educação**

O Programa Mais Educação é uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a reorganização curricular. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

No exercício de 2011, foi publicado no site do FNDE, o Manual de Educação Integral, onde divulgava as ações disponíveis e as orientações do programa como descrito abaixo:

- I. Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- II. Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- III. Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
- IV. Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
- V. Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
- VI. Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada;
- VII. Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
- VIII. Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e

IX. Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.” (Decreto nº 7.083/2012)

Seguindo as orientações do FNDE a implantação da educação integral vai além do aumento da jornada escolar, na busca pela ampliação do conhecimento e o desenvolvimento integral em todos os aspectos físico, motor, psicológico e cultural do aluno e proporcionar um espaço atrativo para motivar a participação da família e da comunidade dentro do ambiente escolar.

Para a execução do programa propõe-se a ampliação da jornada escolar dos alunos para no mínimo de 07 (sete) horas diárias de atividade, sem contar a hora de almoço, na qual os alunos permanecem na unidade escolar. Trabalhando com eixos temáticos como: educação ambiental, economia, educação tecnológica, cultura e artes e reforço escolar, com o intuito de articular as disciplinas curriculares, e proporcionar também um acompanhamento da aprendizagem escolar.

O programa tem como público alvo principalmente as crianças do ensino fundamental inseridas no programa bolsa família, podendo ser meninas ou meninos de diferentes faixas etárias, de classes populares, e em situação de risco, isto é, vulneráveis socialmente a explorações. Também busca atender crianças com déficit de aprendizagem ou quem solicitar interesse nas atividades propostas para o contraturno, pois como afirma a Carta de 1988, cuja determinação explícita no Artigo 5º “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

O FNDE colabora para o desenvolvimento das atividades do Programa, financiando os Kits das ações que serão selecionadas de acordo com a necessidade das unidades escolar. A merenda escolar receberá um reforço financeiro no intuito de garantir um almoço de qualidade e rico em nutrientes e mais um lanche no período contrario ao da escola regular.

Para que as atividades selecionadas sejam executadas as unidades escolares receberam um auxilio, para motivar os voluntários a prestarem serviços com frequência e responsabilidade aos alunos da educação integral.

Além dos recursos repassados pelo governo federal, no decreto do Programa Mais Educação, fica estabelecido que o Município, Estado e/ou Distrito Federal deveram ter uma contrapartida para que o mesmo seja implantado com êxito. A

cada repasse o tempo de execução do programa é de 10 meses, sendo letivos, sem contar mês de férias, podendo passar de um exercício para o outro.

As unidades escolares são selecionadas devido aos resultados do IDEB, privilegiando as que se encontram em estado prioritário, isto é, as que possuem os menores índices, essa seleção é feita pela União, que disponibiliza no SIMEC um *link* para que sejam preenchidas as ações optadas pelas unidades escolares, seguindo a demanda ou critérios de necessidade da comunidade escolar.

## II. METODOLOGIA

O campo da educação [...] não só abrange uma gama diferenciada de problemas como os abrange em níveis diferenciados. Então, como podemos falar em pesquisa educacional? Podemos desde que o ato de educar seja o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa. [...] Sem dúvida a educação é um fato – porque se dá. Sem dúvida, é um processo, porque está sempre se fazendo. Envolve pessoas num contexto. Ela mesmo sendo contextualizada – onde e como se dá. É uma aproximação desse fato-processo que a pesquisa educacional tenta compreender (GATTI, 2002).

Para compreender o processo de pesquisa que será utilizado é necessário conceituar o que é um “estudo de caso”:

“...o Estudo de Caso, por si só, caracteriza-se por ser um tipo de pesquisa que apresenta como objeto uma unidade que se possa analisar de forma mais aprofundada. Visa, assim, ao exame detalhado de um ambiente, ou de um local, ou, ou de uma situação qualquer, ou, ainda, de um determinado objeto, ou, simplesmente de um sujeito ou de uma situação.” (FIALHO, 2011)

A metodologia de estudo de caso se subdivide em 03 (três) tipos conforme André (2005), intrínseco, instrumental e coletivo. Nesta pesquisa o estudo de caso será instrumental e avaliativa que busca analisar um programa específico com foco a resolver ou auxiliar na busca por soluções de uma determinada ação educacional.

A pesquisa descritiva abordará a implantação do Programa Mais Educação, o fenômeno, dentro de um determinado contexto, na Escola municipal, por um determinado período, exercício 2012.

A implantação do Programa Mais Educação ocorreu em 04 (quatro) unidades de ensino no município de Padre Bernardo-GO, porém este estudo de caso utilizará apenas uma unidade de ensino como referencia, que foi escolhida devido a disponibilidade da equipe escolar em participar da pesquisa, com o intuito de basear a coleta de dados e dos resultados, servirão de *feedback* para que assim se possa realizar um novo plano de ação e execução do programa.

Essa pesquisa será qualitativa que conforme Turato (2005), da ênfase:

“...a valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Não tem qualquer utilidade na mensuração de fenômenos em

grandes grupos, sendo basicamente úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre.”

O estudo de caso se baseia na observação, no acompanhamento da implantação e execução do Programa Mais Educação no decorrer do exercício de 2012 e na aplicação de um questionário aos alunos, pais e responsáveis e funcionários, no sentido de identificar os objetivos, a demanda/aceitabilidade e as características da gestão escolar dentro da unidade escolar.

As observações se baseiam em visitas periódicas realizadas na unidade nos horários das atividades de contra turno assim como no horário destinado ao almoço. No momento das observações a coordenadora pedagógica específica do programa mostra os espaços onde estão sendo desenvolvidas as atividades propostas para o dia e as dificuldades encontradas.

O acompanhamento é feito por uma equipe da secretaria municipal de educação composta por coordenadoras de programas que monitoram a execução e implantação de todos os programas propostos pelo governo federal. O acompanhamento que é feito no Programa Mais Educação se baseia na orientação das escolhas das atividades que serão desenvolvidas através do Sistema Integrado de monitoramento da educação – SIMEC que libera os recursos para a execução de cada exercício de 10 meses.

Será feita também análise de documentos da escola tais como: projeto político pedagógico da unidade, cronograma e plano de ações do projeto, pasta relatório de execução das atividades desenvolvidas no exercício 2012, atas de reuniões e dados de aprovação, recuperação, desistência e reprovação dos 04 (quatro) bimestres.

A coordenadora de programa visita as escolas que realizaram a adesão ao programa Mais Educação regularmente e verifica a utilização dos recursos, o espaço físico, planejamento, resultados alcançados e a gestão da escola. Para essa pesquisa as informações utilizadas se baseiam em um questionário específico aplicado a coordenadora municipal de programas expondo de forma descritiva as percepções e desafios no processo de implantação do programa, além desse questionário foram utilizadas as atas de reunião da escola em questão, assim como o caderno de plano e a grade horária das atividades desenvolvidas.

Além desses instrumentos um questionário de conhecimentos gerais sobre o programa foi aplicado aos alunos, pais e funcionários da unidade escolar. O questionário será distribuído aos pais, alunos e funcionários e preenchido sem acompanhamento, para que não haja influências sobre as respostas, de forma a não condizer com o real conhecimento que a comunidade escolar tem sobre o Programa Mais Educação.

## 2.1. Espaço de Pesquisa

A Escola municipal Jardim das Acácias foi construída no ano de 1997, e inaugurada no dia 07 de maio de 1998, através do projeto: “Escola Perto da Minha Casa”, que tinha como objetivo aproximar a escola da comunidade local, de forma a incentivar os pais a matricularem seus filhos na escola.

Esta unidade escolar ofereceu Ensino Fundamental de 9 anos e no exercício de 2012 a escola está atendendo um total de 224 alunos distribuídos da seguinte forma:

<b>PERÍODO</b>	<b>SÉRIE/ANO</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
<b>MATUTINO</b>	<b>3º ANO</b>	<b>28</b>
	<b>4º ANO</b>	<b>29</b>
	<b>6º ANO</b>	<b>35</b>
	<b>8º ANO</b>	<b>19</b>
<b>VESPERTINO</b>	<b>1º ANO</b>	<b>16</b>
	<b>2º ANO</b>	<b>33</b>
	<b>5º ANO</b>	<b>29</b>
	<b>7º ANO</b>	<b>23</b>



A escola conta com 04 (quatro) salas de aula, 01 (um) laboratório de informática, 01 (uma) sala de coordenação pedagógica, 01 (uma) sala de direção, 01 (uma) cantina, 01 (um) depósito de alimentos, 01 (um) depósito para materiais pedagógicos, 02 (dois) banheiros para uso dos alunos, 01(um) banheiro para funcionários, 01(uma) área de serviço com 01 (um) depósito de materiais de limpeza. A escola possui uma quadra sem cobertura e de utilização em parceria com a comunidade local.

O quadro de funcionários da escola é composto por: 11 (onze) professores concursados sendo todos especialistas; conta com o auxílio de 02 (duas) merendeiras; 02 (duas) servidoras gerais; 01 (uma) diretora; 01 (uma) coordenadora pedagógica, 01 (uma) coordenadora pedagógica do Programa Mais Educação, 01 (uma) secretaria geral e 02 (duas) coordenadoras de turno.

O Programa Mais Educação teve início em outubro de 2011 e no decorrer do ano de 2012 atendeu 75 alunos contemplando todos os anos do ensino fundamental. Esse atendimento ocorreu de forma a ampliar a permanência dos alunos na escola por mais 3:00 horas diárias.

## **2.2. Descrição da comunidade escolar:**

Padre Bernardo-GO é uma cidade localizada à 80 km de Brasília-DF, possui 26.000 habitantes, a economia se baseia em agronegócios e a população é predominantemente de baixa renda.

O município é dividido em 05 distritos de zona rural e 01 de zona urbana, sendo este o centro da cidade. O Setor Jardim das Acácias é um dos bairros que rodeiam o setor central do município e se caracteriza principalmente por chácaras e casas populares.

As famílias são de baixa renda, a maioria são trabalhadores rurais e secretarias do lar, sem vínculos empregatícios, trabalhando na informalidade. Os alunos, na maioria dos casos, são criados por avós, tias ou parentes, sendo estes com baixa escolaridade e essas famílias de forma geral estão inserida em algum programa social.

### **2.3. Participantes**

Os participantes dessa pesquisa serão: professores do quadro efetivo da unidade escolar, voluntários que trabalham no programa, pais, alunos integrantes do programa e alunos do horário regular da própria unidade, e o coordenador da Secretaria Municipal de Educação responsável por acompanhar o desenvolvimento pedagógico desta unidade.

Todos esses envolvidos na pesquisa conviveram e participaram do processo de implantação do Programa Mais Educação na unidade de ensino no ano de 2012. Esses relatos serão fundamentais para verificar e perceber quais os impactos da educação de tempo integral na rotina desta.

### III. ANÁLISE DOS DADOS

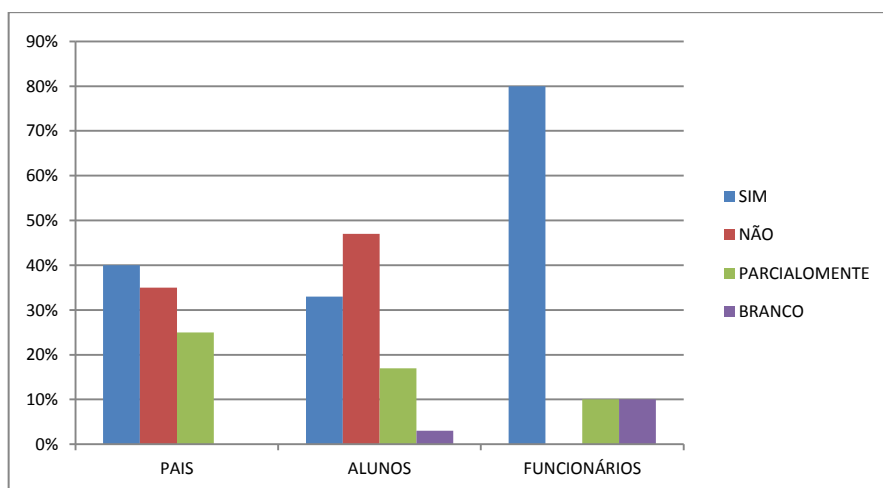
“A vida não surgiu no planeta pela competição, mas através da cooperação, das parcerias e formação de redes”. (CAPRA, 1982)

Os questionários foram aplicados no ambiente escolar, para os pais/responsáveis no momento de levar ou buscar o aluno, os alunos preencheram no momento da atividade do contraturno e os funcionários nos intervalos das suas atividades regulares. Foi possível recolher um quantitativo de 68 (sessenta e oito) questionários onde os grupos ficaram assim distribuídos: 30 alunos, 28 pais/responsáveis e 10 funcionários.

A divisão de grupos foi essencial para realizar um comparativo entre as informações e aspirações que cada grupo possui acerca da implantação do programa e também observar os aspectos propostos no objetivo dessa pesquisa: a demanda/aceitabilidade do programa e a influência da gestão escolar neste processo.

Os temas abordados no questionário seguiram a mesma deste presente trabalho, de forma a identificar os pontos mais relevantes para possíveis mudanças operacionais dentro do município servindo de auxílio não apenas para a escola em questão, mas como modelo as outras unidades que passam por dificuldades semelhantes.

A primeira questão do questionário perguntava sobre o entendimento que cada um tem de políticas públicas, as respostas mostraram que:



Os funcionários demonstraram terem conhecimento sobre o assunto, porém os alunos e os pais/responsáveis em sua grande maioria não possuem conhecimento sobre o conceito de políticas públicas.

Conclui-se que para haver um maior entendimento em relação ao termo políticas públicas relacionando-o ao conceito do Programa Mais Educação será necessário que haja uma capacitação/reunião com pais e alunos explicitando que o programa compõe as políticas públicas educacionais do governo federal visando de maneira geral melhorar a qualidade de vida da população, diminuindo os índices de evasão e de criminalidade, incentivando a participação da família no cotidiano escolar e oferecendo atividades de valorização da cultura, esporte e um reforço escolar diferenciado.

As questões 02, 03, 11 e 12 abordam sobre o objetivo, resultado e importância do Programa Mais Educação. Os dados coletados nas questões 02, 03 e 11 afirmam que em sua grande maioria (acima de 55%) reconhecem a importância do programa, tem conhecimento do principal objetivo e percebem resultados positivos com os alunos que participam das atividades no contraturno.

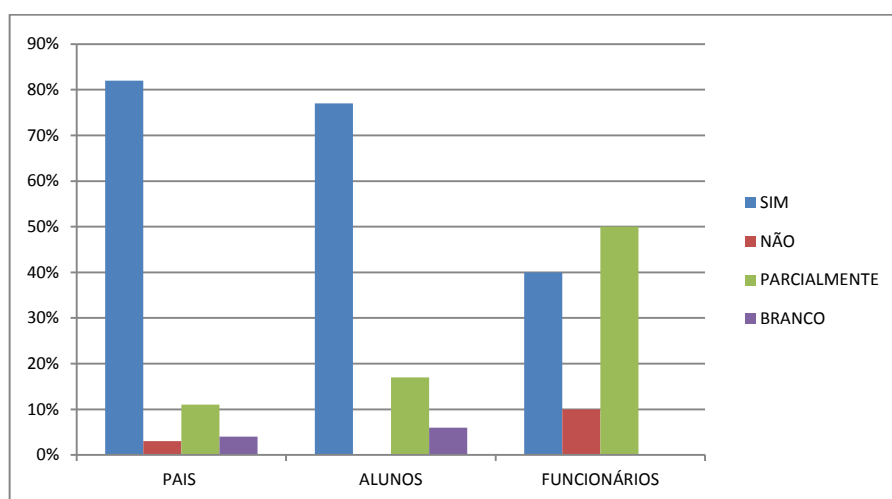
Essas respostas condizem com dados da escola refletindo a procura por vagas no programa pela comunidade, isto é por pais/responsáveis e alunos. O coordenador de programas da secretaria municipal confirma o interesse dos pais no programa relacionando a procura e a solicitação dos pais/responsáveis e alunos que o programa seja implantado nas outras unidades escolares do município, sendo assim, o programa reconhecido como uma importante iniciativa governamental.

A questão de número 12 mereceu destaque, pois apesar dos dados afirmarem que a grande maioria dos entrevistados acredita que o programa também possui resultados positivos com a comunidade, os dados registrados do grupo de funcionários mostrou haver uma divisão nesta pergunta: ocorrendo uma maior porcentagem no resultado parcial do que no positivo.

Ao analisar este dado, juntamente com a equipe escolar e com o coordenador de programas da secretaria municipal observa-se que na visão do corpo docente é unânime a resposta parcial, pois relata-se que a escola fica sobrecarregada de responsabilidades e os pais/responsáveis acabam se

ausentando cada vez mais da responsabilidade de educar as crianças e adolescentes da comunidade.

Fato interessante de ser observado, pois reforça os questionamentos atuais sob de quem é a responsabilidade de educar? Qual é a verdadeira função da escola? Esses questionamentos são constantemente discutidos e na visão dos professores as responsabilidades estão ficando cada vez mais a cargo da escola, tornando os pais/responsáveis meros expectadores do processo de desenvolvimento individual de cada criança. Os dados que serviram de base para elencar esses questionamentos e o debate na unidade escolar analisada estão demonstrados especificamente no quadro abaixo:



Dessa forma é possível perceber que o Programa mais Educação tem características positivas com reflexos sociais na comunidade e a jornada ampliada garante que a criança seja assistida pela escola por uma jornada de tempo maior, podendo assim, evitar com que elas fiquem na rua ou a mercê da criminalidade. Esses dados reforçam a necessidade de se implantar nas escolas o programa mais educação, pois esse foi criado com o intuito de unir as ações sociais com as educacionais, para melhorar a qualidade de vida da população e suprir a ausência da família no desenvolvimento individual.

A implantação do programa segue com a postura governamental assistencialista, procurando garantir a permanência das crianças na escola, com prevê a constituição federal, e valorizar o esporte, a cultura e o acesso as tecnologias educacionais, podendo assim, ampliar a visão de mundo da criança e do

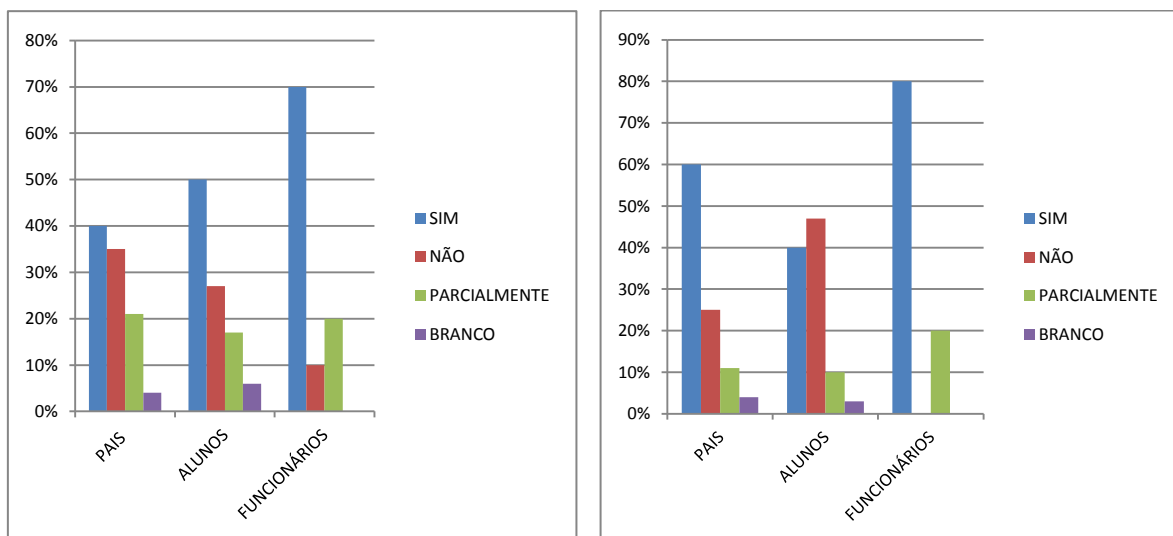
adolescendo podendo trazer alguma perspectiva de futuro para esses indivíduos em formação.

A partir das questões 04, 05, 06, 08, 09 e 10 foi possível perceber a segmentação entre os setores e a falta de conhecimento das atribuições dos funcionários da escola que necessitam atuar ativamente na execução do programa para que seu objetivo seja alcançado.

Apesar dos dados da pesquisa indicarem que todos os três grupos questionados possuem conhecimento das atribuições da coordenadora pedagógica específica do Programa Mais Educação. Na pergunta seguinte que questiona os sobre as atribuições do coordenador pedagógico da escola e do diretor, nota-se que não é muito claro para os pais/responsáveis e alunos essas atribuições.

Ao comparar as duas perguntas e observando as respostas de outras questões, como a sobre o planejamento, e no parecer do coordenador de programa da secretaria municipal de educação, que afirma que sentiu a necessidade de discriminar as atribuições do coordenador específico do programa para que a equipe visualizasse as suas responsabilidades, direitos e deveres.

Dentro desse contexto torna-se tendencioso afirmar que essas atribuições não são bem conhecidas, sendo isso uma característica grave, pois para que o programa obtenha sucesso é necessário que haja um diálogo entre os envolvidos no processo e que cada uma saiba da importância do papel do outro. Observe no quadro sobre as atribuições do coordenador específico do programa (1) e do coordenador pedagógico e diretor (2):



De forma geral, os papéis exercidos por cada membro não é claro para os alunos, fato surpreendente, pois esse público está no dia a dia da escola e não consegue visualizar as atribuições ou a participação destes membros dentro da unidade.

Observa-se que na questão 06 ao se perguntar se o programa pertence a escola, criou-se uma ambiguidade na interpretação, pois as respostas em todos os grupos foi que 60% dos entrevistados acreditam que o Programa Mais Educação pertence a escola. Porém estas respostas podem estar vinculadas ao espaço físico onde são desenvolvidas as atividades e não ao envolvimento dos funcionários da escola.

Ao perguntar sobre a forma de planejamento, nas questões 08 e 09, 70% das respostas estavam em branco e as que foram respondidas eram em sua grande maioria superficiais, a partir disso infere-se que os pais/responsáveis e os alunos não tem a menor ideia de como esse procedimento ocorre e nem para que serve.

Nas visitas feitas a unidade escolar observou-se que planejamento é feito quinzenalmente com a orientação da coordenadora específica do programa e com a participação dos monitores. Não conta com a participação da coordenadora pedagógica da escola e nem utiliza de base às dificuldades encontradas no ensino regular, sendo assim, momentos dissociados e sem objetivos em comum.

O relato do coordenador de programas municipal confirmou as informações coletadas na visita, constatando que o planejamento é feito pelo coordenador específico do programa sem qualquer participação da coordenação pedagógica da

escola, evidenciando uma espécie de segmentação em turno regular/parcial e integral, sem haver uma parceira ou continuidade das atividades.

Devido a falta de integração sobre as atividades que serão desenvolvidas nos momentos do ensino integral, pois a equipe do turno integral não participa ou contribui, os alunos são criticados por realizarem atividades diferenciadas, sendo esta a proposta do programa que enfatizam uma aprendizagem de forma dinâmica e não tradicional, incomodando assim, os outros professores e a própria equipe gestora, pois as turmas não seguem padrões do ensino tradicional.

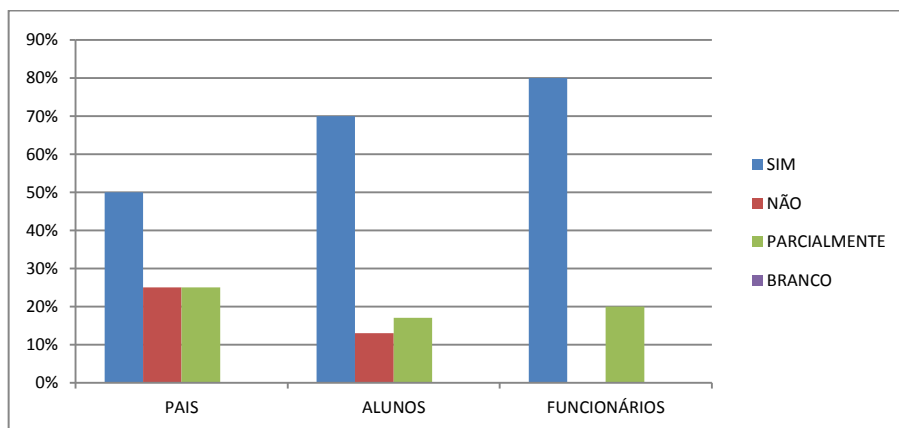
Ao analisar juntamente com o coordenador de programas municipal a direção da escola, neste caso a diretora, no processo de gestão essa se posiciona dentro do projeto apenas no momento das escolhas das atividades no sistema, algo que acontece sem a participação do coordenador do programa e dos monitores, e atua no momento da aquisição dos materiais previstos nos kit das ações propostas pelo FNDE, ou então no redirecionamento do recurso, que acaba sendo aplicado na instituição de forma a beneficiar primeiramente os alunos do ensino regular e não os do ensino integral, coisa que deveria ocorrer de forma invertida.

Em um quadro geral, após diálogos com a equipe pedagógica da unidade escolar e com o coordenador de programas municipal, na realidade do município de Padre Bernardo as diretoras são vistas com atribuições praticamente apenas administrativas e não pedagógicas. Mesmo sendo boa parte do trabalho administrativo, a direção precisa unir a parte administrativa à pedagógica para que sua equipe de trabalho valorize o trabalho, os ideais da gestão e sirva de motivação e entrosamento à equipe de trabalho.

Conclui-se que as relações de trabalho precisam ser estimuladas, para que haja a valorização das competências individuais onde todos possam trabalhar em parceria com criatividade e eficácia em prol de um objetivo comum, uma educação de qualidade que se preocupe com a formação integral do ser humano.

O questionamento que trata da função do monitor aos grupos dos entrevistados, mais de 70% dos entrevistados, aglomerando os resultados de pais/responsáveis, alunos e funcionários, afirmam conhecer as atribuições, conforme especificações abaixo:

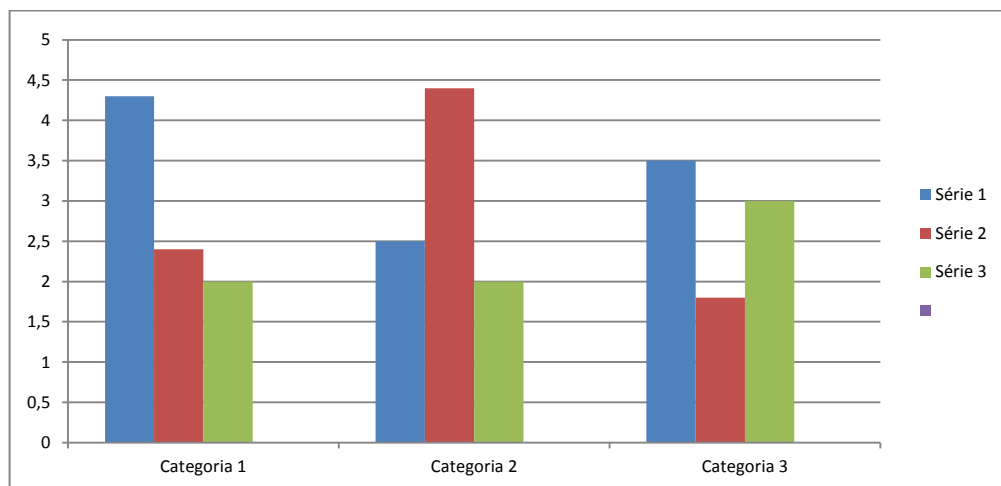




Através das visitas foi possível perceber que a imagem do monitor está relacionada ao “monitoramento” das atividades, como se esse não desenvolvesse nada e apenas assistisse as crianças no período sem orientação e direcionamento. Esse fato fica evidente nas dificuldades encontradas pelo coordenador do programa em conseguir executar as atividades planejadas de forma a obter sucesso, pois a maior dificuldade em relação aos monitores é a falta de comprometimento com os alunos, constantemente ocorrem mudanças e as ausências são frequentes conforme folha de ponto desses profissionais.

Isso ocorre principalmente pelo fato de não haver critérios rigorosos para seleção deste, pois eles não são remunerados e são apenas ressarcidos com um auxílio de R\$ 60,00 (sessenta reais) por turma de 30 alunos. Essas pessoas normalmente são adolescentes que estão cursando nível médio ou são pessoas indicadas com fins políticos, como por exemplo: filho de funcionário. Algumas atividades propostas pelo FNDE são impossíveis de serem realizadas por pessoas sem habilitações específicas como, por exemplo: Taekwondo, judô, ensino de cordas, fanfarra, e essas pessoas que são habilitadas não têm disponibilidade de horário e nem interesse em realizar com compromisso trabalho voluntário.

A questão 07 aborda a estrutura física utilizada para o desenvolvimento do programa, onde se constata que:



Então para que se pudesse atender ao quantitativo de alunos mínimo propostos pelo governo federal, isto é de 100 (cem) alunos, seria importante que houvesse uma reestruturação do espaço atual, sendo necessários pelo menos dois espaços cobertos, uma quadra esportiva coberta, banheiros com vestiários e um refeitório.

No dia-a-dia do programa os alunos são divididos da seguinte forma:

- 50 (cinquenta) alunos que participam da educação de tempo integral no período matutino e 50 (cinquenta) no período vespertino, no horário 9:00h as 12:00h para o matutino e de 12:30min às 15:30min para o vespertino, sendo 03 (três) horas diárias. Esse quantitativo é dividido em duas turmas de 25 (vinte e cinco) alunos onde cada uma desenvolve uma atividade específica durante 1h30min e depois há a troca da turma. Diariamente devem ser oferecidas duas atividades diferenciadas, isto é, dentro da escola precisam ter dois monitores por período.

Atualmente a escola possui uma sala disponível apenas no período matutino, a quadra esportiva não é coberta, não possui vestiários, nem refeitório. O espaço utilizado se alterna na sombra de uma árvore, no corredor na escola e no laboratório de informática/biblioteca (um mesmo espaço com duas funções).

Quando as atividades precisam ser desenvolvidas no corredor os professores regentes da escola, reclamam e dizem que atrapalha as atividades dentro de sala devido ao barulho. E nos períodos de chuva não há espaço a não ser a sala de aula pelo período da manhã e o laboratório de informática no período da tarde, sendo

assim, as turmas precisam ser unidades e ficam superlotadas impossibilitando um trabalho diferenciado e dinâmico, como é a proposta.

A escola possui também uma horta que auxilia no fornecimento de verduras para o almoço, assim, como integra o quadro de atividades a serem desenvolvidas pelos alunos do programa. O almoço é servido no pátio onde os alunos organizam diariamente as mesas e cadeiras para servir a refeição.

A quadra esportiva foi recentemente reformada, mas não é coberta e o horário de funcionamento do programa ocorre no período mais quente do dia, devendo as atividades esportivas ocorrerem em períodos mais curtos, devido a questões de saúde.

Mesmo com a limitação do espaço físico, na opinião dos alunos, o espaço não está tão ruim quanto os funcionários e pais identificam, mas esse fato pode estar relacionado ao prazer em que os alunos têm de permanecer dentro da unidade escolar. E cada vez mais os alunos e os pais procuram por vagas na escola, pois as atividades extraclasse estão sendo bem vistas pela comunidade.

A questão 13 aborda os índices de aprendizagem dos alunos integrantes do Programa Mais Educação, questionando se no entendimento dos entrevistados houve uma melhora nesses índices. Os pais/responsáveis (75%) e os alunos (57%) acreditam que o programa pode contribuir para que a aprendizagem ocorra de forma mais significativa.

A surpresa foi para a resposta dos funcionários, onde os índices acusaram uma mesma porcentagem de 40% para aqueles que acreditam e para aqueles que acham que é parcialmente.

Ao mostrar os índices ao coordenador municipal e levando em conta diálogos informais realizados com os professores e com os demais funcionários da unidade escolar torna-se possível relacionar a resposta “parcialmente”, considerando as dificuldades operacionais do programa, como fator limitante para efetivamente ter índices de aprendizagem melhores.

Apesar da credibilidade expressada pela grande maioria dos entrevistados na melhora dos índices, esses índices não foram confirmados pela escola no término

do exercício de 2012, pois não houve um levantamento comparativo específico de identificação dos alunos inseridos no programa com a aprovação no ensino regular.

A última questão deixava os entrevistados livres para pontuarem as dificuldades encontradas para a realização do programa. Os participantes que responderam essa questão foram principalmente os funcionários da unidade, onde pontuavam principalmente o espaço físico como a maior dificuldade encontrada.

Porém através das visitas e dos diálogos estabelecidos com a comunidade escolar percebe-se que o problema mais evidente na escola em questão, é o envolvimento da gestão na implantação do programa e a necessidade de uma atuação mais participativa do coordenador de programas da secretaria municipal de educação de forma a contribuir com a divulgação do programa mais educação e estabelecer um diálogo com a Prefeitura Municipal de modo que essa entidade possa ser também um efetivo parceiro da escola no árduo processo de implantação da educação integral.

A gestão necessita ser democrática, participativa e atuante, falta divulgação do programa (objetivos, atribuição de funcionários) na comunidade e o envolvimento de todos os segmentos da escola e da secretaria municipal de educação no processo, pois o Programa Mais Educação não trata de alunos diferentes do da escola e não tem proposta desvinculada.

Assim como afirma um provérbio africano: “É preciso todos da aldeia para educar uma criança”, a escola precisa se ver unida frente às dificuldades para que a equipe consiga além de identificar, propor soluções passe a executar com êxito medidas transformadoras, dessa forma será possível pensar com sucesso qualquer programa ou projeto à ser implantado na unidade escolar.

#### IV. CONCLUSÃO

Em perspectivas gerais, o Programa Mais Educação é uma tentativa governamental de efetivar uma educação de tempo integral pública na sociedade. A iniciativa se baseia em modelos estrangeiros de educação e suas propostas comparam-se em determinados momentos a educação oferecida nas unidades particulares de ensino no Brasil.

Dentro desse contexto é muito difícil visualizar uma educação de tempo integral que consiga ter todos seus objetivos alcançados, pois existem entraves burocráticos e estruturais para efetivar essa proposta. Esse modelo de educação ainda não ocorre para todos, reforçando a segmentação de classes sócias, e uma educação que atualmente apenas se baseia em ocupar o tempo do aluno sem devida adequação do espaço físico e de profissionais capacitados e comprometidos com o desenvolvimento individual de cada aluno.

A educação de tempo integral oferecida pelo programa Mais Educação possui características assistencialistas e não cumpre seu papel educacional de desenvolver outras habilidades de forma efetiva e eficaz, não atua criticamente com os alunos e nem motiva a comunidade a participar das atividades desenvolvidas. As aulas que deveriam ser extremamente diferenciadas, acabam também seguindo padrões tradicionais e sem perspectivas de estimular no aluno um desenvolvimento cognitivo, físico, psíquico e cultural mais aprofundado do que o oferecido no ensino regular.

A implantação desse programa com objetivos e ideais utópicos, não ocorre na íntegra, principalmente pelo fato, que essas propostas não englobam as peculiaridades de cada escola/região/Estado/cultura e acabam sendo impostos aos docentes de cada unidade. Esses docentes não têm um preparo primeiramente ideológico e nem prático, para visualizar o programa como algo positivo, então esses se tornam extremamente críticos e opositores de possíveis mudanças que podem ter resultados positivos na educação.

A educação de tempo integral que vem sendo implantada no município de Padre Bernardo através do Programa Mais Educação não foge muito da perspectiva geral, mas ainda é nova e está sofrendo constantes mudanças em seu processo de implantação, em busca de ser um diferencial para a comunidade local.

Os dados coletados demonstram que essa política pública é aceita pelos pais/responsáveis, alunos e funcionários das escolas municipais de ensino fundamental. Pois mesmo diante de todas as dificuldades organizacionais e estruturais é constante a busca por novas vagas no programa e as unidades que ainda não aderiram buscam se adaptar para poderem se cadastrar nesta iniciativa do governo federal.

A comunidade necessita do apoio da unidade escolar para proporcionar uma continuidade no ensino de forma a desenvolver outras habilidades individuais e com a jornada escolar ampliada as famílias ficam mais seguras, pois confiam na escola e acreditam que sob a proteção da unidade e com atividades supervisionadas, diminuindo assim a possibilidade dos alunos estarem na rua ou podendo estar expostos a qualquer situação de risco.

Outro aspecto importante identificado é a forma como a gestão escolar está sendo conduzida, precisando ser revista de forma a se tornar mais participativa, democrática e cúmplice desse novo programa de educação de tempo integral. Sem uma mudança nessa gestão os problemas vão se agravar com o tempo e a escola terá que desistir da implantação desta política pública de responsabilidade social e educacional.

No intuito de melhorar o dia a dia da implantação do programa, seria fundamental que a secretaria municipal de educação se envolvesse mais, aumentando a periodicidade das visitas, como também possibilitando contrapartidas financiáveis no intuito de revitalizar espaços, melhorara a qualidade da merenda e proporcionar, inicialmente a cobertura de um espaço para que as atividades mais dinâmicas possam ocorrer sem prejudicar as outras atividades que estão sendo desenvolvidas dentro da unidade.

Com tanto investimento do governo federal em busca de tornar todas as escolas em escolas de tempo integral, a educação precisa se visualizar dentro dessa nova perspectiva e se posicionar a favor de uma gestão democrática e participativa, enfatizando uma educação que busque a desenvolvimento integral do ser humano, reforçando a cultura e os valores através de métodos educacionais dinâmicos e criativos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_: Decreto nº7.083/2012 – Dispõe sobre o Programa Mais Educação;

\_\_\_\_\_: Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei N. 8.069/90;

\_\_\_\_\_: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N. 9.394/96;

\_\_\_\_\_: Lei do Plano Nacional de Educação – Lei N. 10.172/01

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil;

CARVALHO, Elma Julia Gonçalves de,[et al.]. Gestão escolar / organização - Maringá, PR :Secretaria de Estado da Educação do Paraná :Universidade Estadual de Maringá, 2008;

CURY, Carlos Roberto Jamil. O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor educacional na escola;

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>;

FIALHO, José Tarciso e NEUBAUER FILHO, Airton. O estudo de caso dirigido como metodologia de pesquisa para a educação à distância (EAD), 2011;

GATTI, Bernardete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano Editora, 2002 (Série Pesquisa em Educação);

HÖFLING, ELOISA DE MATTOS. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS, Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. 2001;

JARDIM, Anna Carolina Salgado e PEREIRA, Viviane Santos. Universidade Federal de Lavras - MG - BRASIL. Metodologia Qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?, 2011;

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. As políticas educacionais, as reformas de ensino e os planos e diretrizes: A construção da escola pública. 1ª PARTE;

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. As políticas educacionais, as reformas de ensino e os planos e diretrizes: A construção da escola pública. 2ª PARTE;

OLIVEIRA, João Ferreira de, MORAES, Karine Nunes de, DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação – UFG;

PINTO, José Marcelino de Rezende. A Política Recente de Fundos Para o Financiamento da Educação e Seus Efeitos no Pacto Federativo. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 877-897, out. 2007 877. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>;

SILVA, Daniel Cavalcante. Contextualização: políticas públicas no Brasil. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2880, 21 maio 2011 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19158>>;

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1957, p. 63.;

TURATO E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 2005. Jun. 39(3):507-14;

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.



## APÊNDICE

### Universidade de Brasília

Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica

Apresentação:

Estou realizando uma pesquisa para concluir o curso de Pós Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica, com o tema **A contribuição do coordenador pedagógico na implantação do Programa “Mais educação” no contexto das políticas educacionais de educação de tempo integral** e cujo objetivo é **Analisar os desafios da gestão pedagógica da escola diante da implantação do Programa Mais Educação em uma escola no município de Padre Bernardo-GO.**

Para obter êxito neste estudo preciso que o Senhor (a) leia e responda o questionário abaixo, sabendo que as suas respostas serão transformadas em dados e servirão de base para desenvolver o trabalho monográfico. Informo ainda que a sua identificação será mantida em sigilo e as suas respostas poderão aparecer integralmente no trabalho ou no folder que fará parte do mesmo.

Função/cargo: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

1. Você sabe o que são políticas públicas?
  - Sim
  - Não
  - Parcialmente
  
2. Na sua opinião, a educação de tempo integral é uma política pública importante no âmbito educacional?
  - Sim
  - Não
  - Parcialmente

3. Você tem conhecimento do objetivo principal do Programa “Mais educação”?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Você tem conhecimento das atribuições do coordenador pedagógico específico do programa “Mais educação”, na escola?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Você tem conhecimento do papel do coordenador pedagógico e diretor da unidade escolar?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. A escola percebe O programa “Mais educação” como um programa pertencente à escola e sua comunidade escolar de forma geral?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7. A estrutura física disponível na sua unidade escolar é suficiente para garantir o bom funcionamento das atividades previstas pelo programa?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente:

---

---

---

8. Você conhece a função dos monitores?

- Sim
- Não
- Parcialmente

9. Como é feito o planejamento das ações do programa?Descreva.

---

---

---

10. Como cada integrante participa do planejamento das atividades?Descreva.

---

---

---

11. Você acredita que o programa tem resultado positivo com os alunos?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente:

---

---

12. O programa tem resultado positivo com a comunidade local, principalmente pais ou responsáveis pelos alunos?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente:

---

---

13. Os índices de aprendizagem têm melhorado depois da implantação do programa mais educação na sua escola?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comente:

---

---

14. Quais os maiores desafios encontrados para que o programa “Mais educação alcance seu objetivo frente à comunidade?

---

---

---

---

Muito obrigada por sua colaboração!!!